

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo: 59550.000785/2020-99

O estudo técnico preliminar, previsto no Decreto nº 10.024/2019 se propõe a efetuar um procedimento, retratado por um documento, de planejamento para contratação de um objeto resultado de uma análise e avaliação calcadas na necessidade ou problema apresentados, no interesse público e na melhor solução proposta. Quando a hipótese é de viabilidade de contratação, tal estudo afigura-se como o alicerce ou fundamento técnico-legal e pressuposto para elaboração do Termo de Referência.

1. NECESSIDADE/PROBLEMA

A dificuldade de locomoção dos moradores ocasionada pela má qualidade do piso natural, que dependendo do período do ano, torna-se intransitável com acúmulo de água, lixo e o crescimento de vegetação rasteira. A pavimentação também ajudará na diminuição dos índices de doenças transmissíveis através de meios hídricos durante o período chuvoso e também no acúmulo de poeira verificada durante o período seco.

O projeto por sua vez, visa corrigir esses problemas urbanos dando maior importância ao melhoramento das vias, proporcionando condições de locomoção, conforto e segurança das pessoas e dos autos que por elas trafegam.

2. INTERESSE PÚBLICO

Considerando que a pavimentação de ruas facilitará o trânsito de veículos e pessoas, com o escoamento adequado das águas pluviais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos moradores beneficiados pela ação, por consequência para o desenvolvimento do município contemplado.

3. SOLUÇÃO

Execução das obras de pavimentação em diversos municípios no Estado de Alagoas, área de atuação da 5ª Superintendência Regional da Codevasf.

3.1. Serviço de engenharia comum.

4. QUANTO

A quantificação dos serviços necessários para a execução da pavimentação, estão demonstrados em anexos.

5. ORÇAMENTO.

A Planilha orçamentaria, encontra-se anexa, juntamente com o cronograma físico-financeiro. Foi considerado que a meta máxima de área pavimentada será de 240.000,00 m², o que totaliza um valor máximo de R\$ 29.906.634,70 (vinte e nove milhões, novecentos e seis mil,


- ✓ Ser uma rua já consolidada, ou seja, ser uma rua que já comporta tráfego de veículos diversos e apresentar casas habitadas em ambos os lados;
- ✓ Ser uma rua com largura entre 4 m e 6 m;
- ✓ Apresentar topografia que permita pavimentação em paralelepípedo com drenagem unicamente superficial;
- ✓ Ser uma rua que sua formação geológica não apresente rochas. Será descartada a utilização de qualquer artifício para a retirada ou explosão de rochas;
- ✓ Ser uma rua localizada integralmente em terreno público, inclusive a Prefeitura local deverá emitir uma declaração com os nomes das ruas e coordenadas UTM de início e fim, afirmando que estas são de domínio público e que a obra pretendida poderá ser realizada;
- ✓ Não possuir nenhum tipo de tubulação (gás, água, esgoto, etc.) enterrada, nem com previsão de ter estas tubulações;
- ✓ Todas as ruas que compõem um Módulo Mínimo devem estar localizadas em um único município.

9. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação, em razão do que se estudou, se mostra viável.

Em 27 de outubro de 2020.

Responsável pelas Informações


Dayane Carvalho da Costa
Analista em Desenvolvimento Regional
Chefe da Unid. de Estudos e Projetos
5º/GRD/UEP - CODEVASF - 5º/SR

De Acordo


Thaise Lima Tejada
Gerente Regional de Infraestrutura
5º/GRD - CODEVASF - 5º/SR

Homologa


Ricardo Alexandre Lisboa Vieira
Superintendente Regional Substituto
5ª SR – CODEVASF - ALAGOAS